

DISCURSO DE SUA EXCELENCIA  
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
POPULAR DE MOÇAMBIQUE  
MARECHAL SAMORA MOISÉS MACHEL

Textos oficiais em português e inglês  
Official texts in Portuguese and English

**ACORDO NKOMATI ACCORD**

16 DE MARÇO DE 1984

Senhor Primeiro-Ministro da República da África do Sul,  
Senhora Botha,  
Senhores Ministros,  
Caros Convidados,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

A assinatura do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança, representa um momento alto da história das relações entre os nossos dois Estados, um momento alto da história da nossa região.

Os princípios que inscrevemos no Acordo de Nkomati são princípios de validade universal que regem as relações entre Estados soberanos, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e sociais. São princípios que abrem perspectivas novas no relacionamento entre os nossos Estados, no sentido de garantir uma paz sólida e duradoira entre os dois países vizinhos. São princípios que estabelecem uma nova situação na nossa zona, uma situação de paz e de boa vizinhança.

O Acordo de Nkomati é um documento único entre Estados da nossa zona. A sua necessidade resultou não tanto das diferenças que opõem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos dois países.

Assumimos aqui o compromisso solene de não desencadearmos acções agressivas, de qualquer tipo, um contra o outro, e criamos condições para, com honra e dignidade, ver instalar-se uma nova fase de estabilidade e segurança nas nossas fronteiras comuns.

Não queremos que a África Austral, e, em particular, os nossos dois países sejam palco de um conflito generalizado. Por isso consagramos no Acordo de Nkomati o princípio de que os nossos Estados não serão utilizados por qualquer outro Estado ou conjunto de Estados para pôr em causa a soberania, a integridade territorial ou a independência dos nossos países.

Estamos assim a lançar bases para romper definitivamente o ciclo de violência que se instalou nesta zona do continente. Violência que resultou sobretudo das pesadas heranças de que somos portadores. Violência que se iniciou há alguns séculos, quando a dignidade e a personalidade dos

povos africanos foram espezinhadas pela agressão, a dominação e a exploração do colonialismo europeu.

A África foi assolada pela brutalidade das guerras escravagistas e de conquista colonial, que trouxeram a divisão, a humilhação, a miséria e a destruição aos povos do continente.

Somos um continente de sobreviventes. Sobrevivemos à escravatura, sobrevivemos às guerras de conquista, sobrevivemos à brutalidade da repressão quando quisemos ser donos dos nossos próprios destinos.

Por isso, estamos bem conscientes do valor da paz, da necessidade de rejeitarmos as heranças que nos dividem.

Assumimos assim a responsabilidade perante o mundo e perante a história, de assegurar a perenidade deste Acordo, de eliminarmos as causas que constituem a fonte da violência, da guerra e da confrontação.

Senhor Primeiro-Ministro,

As diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais são grandes e até antagónicas.

Soubemos honradamente reconhecer tais diferenças no duro e difícil caminho das conversações francas e abertas que nos conduziram a este Acordo. Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem, mas sabemos reconhecer que estamos indissoluvelmente ligados pela geografia e pela vizinhança.

A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança, são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição.

A República Popular de Moçambique defende a Paz como o bem mais precioso da Humanidade, como a aspiração mais profunda de todos os povos. A Paz e a coexistência estão inscritas na nossa Constituição. Foi com base na nossa política socialista de Paz que desde o primeiro encontro entre os nossos governos, em 17 de Dezembro de 1982, propusemos que, formal ou informalmente, acordássemos em fazer prevalecer a coexistência e a Paz entre os nossos Estados.

Há Paz quando se verifica o respeito entre Estados pela soberania, pela independência e pela integridade territorial.

Há Paz quando há harmonia, tranquilidade física, material, espiritual e social.

Há Paz quando, sem discriminação, se respeita a vida, a liberdade, a igualdade e a dignidade do Homem.

A Paz gera as condições para o progresso, o desenvolvimento económico e o bem estar social.

Depois de uma longa época de conflitos armados surgem esperanças de Paz. Há que transformá-las em realidade. Há que fazê-las florescer e torná-las cada vez mais férteis e fecundas.

A perspectiva de Paz abre possibilidades à valorização dos imensos recursos em que abunda a nossa região. Estes recursos devem prioritariamente ser explorados em benefício dos povos, salvaguardando sempre os interesses nacionais de cada Estado.

As relações económicas entre os nossos Estados devem desenrolar-se numa forma sã e correcta.

Não podemos nem devemos ignorar que as nossas relações têm uma tradição histórica, que valorizou a contiguidade geográfica entre os dois países.

Mas devemos igualmente reconhecer que relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmonioso, e por isso o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar, por qualquer forma, a sua independência, ou torná-lo economicamente dependente de um outro país.

Saibamos encontrar, na área económica, como valorizar recursos, infraestruturas e situações que, constituindo uma experiência das nossas relações, são susceptíveis de trazerem vantagens e benefícios recíprocos, numa base de igualdade.

É neste contexto que o Acordo de não agressão e boa vizinhança tem um papel importante a desempenhar, pois sem paz e tranquilidade não há desenvolvimento.

Estabelecemos relações de cooperação no âmbito da SADCC, com Estados da África Austral.

Como já tivemos ocasião de afirmar, a SADCC não foi criada contra a África do Sul. O seu objectivo central é a eliminação da fome, da nudez, do analfabetismo e o melhoramento do nível de vida dos povos da região. Os Estados membros da SADCC recusam depender economicamente da África do Sul, como de qualquer outro país.

Estes objectivos estão solenemente proclamados na Declaração de Lusaka que instituiu a SADCC, e uma vez mais queremos aqui reafirmar a nossa inteira fidelidade a tais princípios.

Senhor Primeiro-Ministro,

Os nossos Estados souberam traçar a via da coexistência. Souberam discutir entre si. Souberam entre si caracterizar os seus interesses e objectivos. Muitos se surpreenderam da rapidez com que encontrámos as respostas, e da nossa capacidade em fazê-lo sem interferências exteriores a nós.

Nós, povo moçambicano, queremos desenvolver relações amistosas com o povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos, tem outra Pátria. Não somos estrangeiros ao nosso Continente, às nossas Pátrias.

Temos que conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes são princípios fundamentais do nosso Estado, princípios que constituem a essência mesma da nossa concepção de sociedade livre e democrática, princípios com os quais nos mantemos coerentes e a que somos intransigentemente fiéis.

Temos como objectivo que a nossa região se afirma como modelo de Paz. Não queremos que a África Austral ou o nosso Continente sejam a base de quaisquer conflitos armados. Não queremos, particularmente ser detonadores de uma confrontação à escala mundial.

A luta de libertação dos povos africanos foi para alcançar a paz. A África inteira continua a luta para se transformar em zona de Paz, fazer dos seus oceanos estradas de Paz, de unidade, de amizade e cooperação entre os Povos. A África inteira combate para afastar do Continente os horrores de uma catástrofe nuclear.

Os povos africanos sempre lutaram para eliminar as causas geradoras de conflitos, de tensão, de guerras. Sempre lutaram para erradicar a dominação e exploração estrangeiras e, na paz, construir o progresso, o bem-estar e a felicidade.

Nesta luta pela dignidade e personalidade do homem africano, a Organização de Unidade Africana foi e continua a ser instrumento importante para a materialização das aspirações mais legítimas dos povos do nosso Continente.

Não podemos deixar de aproveitar esta ocasião para prestarmos a nossa homenagem aos fundadores e inspiradores da OUA. Há mais de 20 anos uma pleiade insigne de dirigentes africanos teve a lucidez, a visão histórica e a coragem de dar corpo à aspiração de Unidade para prosseguir a luta dos povos africanos pela libertação do nosso Continente.

Nesta grandiosa epopeia de libertação de África, muitos foram os heróis, que por esta causa tão nobre, sacrificaram as suas vidas. É profunda a nossa emoção, neste momento, ao evocarmos as suas memórias, que ficarão para sempre gravadas com respeito e carinho na história de África.

Queremos sublinhar o papel decisivo que têm desempenhado os dirigentes dos países da Linha da Frente a que nos encontramos unidos, há longa data, na causa da libertação do nosso continente e na busca de paz e do progresso, na busca da justiça e da igualdade nesta zona da África.

Saudamos as figuras ilustres de Mwalimu Julius Kambarage Nyerere e do Dr. Kenneth David Kaunda, que souberam fazer dos seus povos aliados seguros e inquebrantáveis na libertação do povo moçambicano. Esta respeitosa homenagem aos povos da Tanzânia e da Zâmbia estende-se a todos os povos que souberam fazer da nossa luta, a sua própria luta, para se alcançar a paz e a liberdade.

O Acordo que concluímos contribui significativamente para estes nobres objectivos. Mais ainda, ele permite que os esforços da região se concentrem na luta prioritária do Continente e da Humanidade: a luta contra a fome, a doença, a ignorância, a miséria e o subdesenvolvimento.

Que a África surja como zona de progresso onde a razão prevaleça sobre o ódio e os preconceitos e os esforços do homem se concentrem na luta pelo desenvolvimento e pelo bem-estar.

Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do povo moçambicano.

Em 1964, o nosso povo desencadeou a luta armada contra o colonialismo português para conquistar a independência nacional e eliminar um dos factores que perturbava a paz na nossa zona. Em 1974, dez anos depois, aquele objectivo foi alcançado.

Volvidos outros 10 anos, estamos aqui a estabelecer bases para que entre dois Estados da zona austral do nosso Continente prevaleça um clima de boa vizinhança e paz.

Senhor Primeiro-Ministro,

O esforço para alcançar a Paz exigiu determinação, perspectiva histórica correcta e firmeza. Chegou o momento em que, mais que os textos e as formulações jurídicas, para nós conta a palavra dada, o sentido do engajamento, a boa fé.

O governo da República Popular de Moçambique, no espírito, e não só na letra, cumprirá a sua palavra.

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Convidados,

Sempre lutámos pela Paz, igualdade e progresso, pronunciando a palavra de ordem da FRELIMO, A LUTA CONTINUA!

Hoje, a luta continua pela igualdade, pela democracia, pela justiça, para que no nosso Continente todos sejam iguais.

Hoje, pela Paz, estabilidade, boa-vizinhança e progresso,

A LUTA CONTINUA!

Muito Obrigado.

Mister Prime Minister of the Republic of South Africa

Mrs. Botha

Ministers

Dear Guests

Ladies and Gentlemen

The signing of the Agreement of Non Aggression and Good Neighbourliness is a high point in the history of relations between our two states and a high point in the history of our region.

The principles we have enshrined in the Accord of Nkomati are universally valid ones that govern relations between sovereign states regardless of their political, economic and social systems. They are principles that open new perspectives for the relationship between our states, in so far as they guarantee a solid and lasting peace between the two neighbouring countries. They are principles that establish a new situation in our region, a situation of peace and good neighbourliness.

The Accord of Nkomati is a unique document among the states of our region. The need for it arose not so much from the differences between us, but above all from the process of confrontation that developed and created the awareness that this was not the road that would best serve the interests of our two countries.

We have undertaken here a solemn commitment not to launch aggressive actions of any sort against one another, and we have created conditions for the establishment, with honour and dignity, of a new phase of stability and security on our common borders.

We do not want Southern Africa, and our two countries in particular, to be the theatre for a generalised conflict. That is why we have enshrined in the Accord of Nkomati the principle that our states will not be used by any other state or group of states to jeopardise the sovereignty, territorial integrity or independence of our countries.

We are thus laying the foundation for a definitive break of the cycle of violence that had been established in this region of the continent. A violence that was above all the result of the burdensome legacies we carry with us. A violence that began some centuries ago, when the dignity and personality of African peoples were trampled on by the aggression, domination and

exploitation of European colonialism. Africa was ravaged by the brutality of slave wars and colonial conquest, which brought division, humiliation, poverty and destruction to the peoples of the continent.

We are a continent of survivors. We survived slavery, we survived wars of conquest and we survived the brutality of repression when we wanted to become masters of our own destinies.

For that reason we are fully cognisant of the value of peace and of the need to reject the legacies that divide us.

We thus assume, before the world and before history, responsibility for guaranteeing the perpetuity of this Agreement and eliminating the root causes of violence, war and confrontation.

Mr. Prime Minister

The differences between our political, economic and social concepts are great and even antagonistic.

We recognised these differences honourably on the hard and difficult road of frank and open talks that led us to this Agreement. We shall continue to be aware of the remaining contradictions but we recognise that we are indissolubly linked by geography and by proximity.

Peaceful coexistence, mutual respect, and relations of good neighbourliness are the only rational alternative for our future to be free of the spectre of violence and destruction.

The People's Republic of Mozambique cherishes peace as the most precious possession of mankind, the deepest aspiration of all peoples. Peace and coexistence are written into our Constitution. Based on our socialist policy of peace we have proposed, since the first meeting between our governments on 17 December 1982, that we should agree, formally or informally, to let peace and coexistence prevail between our states.

Peace is when there is respect between states for sovereignty, independence and territorial integrity.

Peace is when there is harmony, and physical, material, spiritual and social tranquility.

Peace is when the life, liberty, equality and dignity of man is respected without any discrimination.

Peace generates the conditions for progress, economic development and social wellbeing.

After a long period of armed conflicts, hopes of peace are emerging. They must be converted into reality. They must be fertilised and enriched so that they may blossom and grow.

The prospect of peace opens possibilities for developing the vast resources in which our region abounds. These resources must as a matter of priority be exploited for the benefit of the people, while always safeguarding the national interests of each state.

Economic relations between our states must develop in a healthy and correct manner.

We neither can nor should ignore the fact that our relations have a historic tradition, which enhanced the geographical contiguity of the two countries.

But we must also recognise that relations of economic dependence are not conducive to stability and harmonious progress. For this reason our state rejects any type of relationship that might in any way limit its independence or make it economically dependent on another country.

In the economic sphere let us find ways of developing resources, infrastructures and circumstances which, being part of the experience of our relations, are likely to bring reciprocal advantages and benefits on the basis of equality.

It is within this context that the Agreement of Non Aggression and Good Neighbourliness has an important role to play, as there can be no development without peace and tranquility.

We have established relations of cooperation with the states of Southern Africa in the framework of SADCC.

As we have already had occasion to state, SADCC was not created against South Africa. Its central objective is to eliminate hunger, wretchedness and illiteracy and to improve the standard of living of the peoples of the region. Its member states refuse economic dependence on South Africa as on any other country.

These objectives are solemnly proclaimed in the Lusaka Declaration which created the SADCC, and we would like to reaffirm once again our total fidelity to these principles.

Mr. Prime Minister

Our states have been able to map out the path of coexistence. They have been able to discuss between themselves. Between themselves they have been able to define their interests and objectives. Many have been surprised at the speed with which we found the answers, and by our ability to do so without external interference.

We, the Mozambican people, want to develop friendly relations with the South African people. None of us, Mozambicans or South Africans, have another country. We are not foreigners to our continent or our countries.

We have to live together on a basis of mutual respect, freedom, equality and justice. These are fundamental principles of our state, principles that are the very essence of our concept of a free and democratic society. They are principles with which we remain consistent and to which we are intransigently loyal.

Our objective is that our region should assert itself as a model of peace. We do not want Southern Africa or our continent to be the base for any armed conflicts. In particular we do not want to be the ones to trigger off a confrontation on a worldwide scale.

The liberation struggle of the African peoples was a struggle to achieve peace.

The whole of Africa is continuing the struggle to become a zone of peace, and for her oceans to be thoroughfares of peace, unity, friendship and cooperation between peoples. The whole of Africa is fighting to avert the horrors of a nuclear holocaust from the continent.

The peoples of Africa have always struggled to eliminate the motive causes of conflicts, tension and wars. They have always struggled to eradicate foreign domination and exploitation, and to build progress, prosperity and happiness in peace.

In this struggle to affirm the dignity and personality of African man the Organisation of African Unity was and continues to be an important instrument for materialising the legitimate aspirations of the peoples of our continent.

We cannot lose this opportunity to pay our tribute to those who founded and inspired the OAU. More than twenty years ago a galaxy of illustrious African leaders had the lucidity, the historical vision and the courage to give form to the aspiration of unity so that the struggle of the African people for the liberation of our continent could continue.

In this great epic, the liberation of Africa, many were the heroes who sacrificed their lives for the noble cause. It is with deep emotion that at this moment we evoke their memories. They will remain immortalised with affection and respect in the history of Africa.

We would like to emphasise the decisive role of the leaders of the Front Line States with which we have been united for a long time in the cause of the liberation of our continent and in the search for peace and progress, for justice and equality, in this region of Africa.

We salute Mwalimu Julius Kambarage Nyerere and Doctor Kenneth David Kaunda, those distinguished figures who transformed their peoples into firm and unwavering allies in the liberation of the Mozambican people. This respectful tribute to the peoples of Tanzania and Zambia is extensive to all peoples who made our struggle for peace and freedom their own.

The Agreement we have concluded is a significant contribution towards these noble objectives. Furthermore it enables the region to concentrate its efforts on the prime struggle of the continent and humanity — the struggle against hunger, disease, ignorance, poverty and underdevelopment.

Let Africa emerge as a region of progress where reason prevails over hate and prejudice and where the efforts of Man are concentrated on the struggle for development and wellbeing.

Peace, security, stability and progress have always been objectives of the Mozambican people's struggle.

In 1964 our people launched the armed struggle against Portuguese colonialism to win national independence and eliminate one of the factors that disturbed peace in our region. In 1974, ten years later, that objective was attained. Another ten years have elapsed, and we are here to establish the basis for a climate of good neighbourliness and peace to prevail between two states of the Southern region of our continent.

Mr. Prime Minister

The effort to achieve peace required determination, a correct historical perspective and steadfastness. The moment has come when for us, what counts for more than legal texts and formulations is the given word, the sense of commitment and good faith.

The Government of the People's Republic of Mozambique will keep its word both in letter and in spirit.

Mr. Prime Minister

Dear Guests

We have always fought for peace, equality and progress proclaiming FRELIMO's watchword, THE STRUGGLE CONTINUES!

Today the struggle continues for equality, for democracy, for justice so that on our continent we should all be equal.

Today, for peace, stability, good neighbourliness and progress,

A LUTA CONTINUA

Thank you very much.

[Redacted text block]

ΑΝΤΙΣΤΑΣΗ

[Redacted text block]

[Redacted text block]



